



Maraisa Lopes (UFPI)

1 Considerações Iniciais

Quando penso o jornalismo, tomo-o como uma versão dos acontecimentos, “Não é o discurso ‘da[o]’, é o discurso ‘sobre’” (ORLANDI, 2001, p. 27), escrito a partir de uma ilusão de um relato fiel dos fatos, sob um efeito de literalidade decorrente da informatividade, por meio do qual o leitor lerá o mundo, e, convocará toda uma questão relacionada à memória. No entanto, é necessário atentar para o ponto de que trata-se de uma narração do real, mediada pela língua, por sujeitos, fato que significa. Para Mariani (1998), ao relatar os acontecimentos, os jornais já estão exercendo uma determinação nos sentidos.

O discurso jornalístico é considerado uma modalidade de discurso sobre, que torna objeto aquilo sobre o que se fala. Esse tipo de discurso atua “na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória” (MARIANI, 1998, p. 60).

Além disso, as seleções de pauta, de fontes e informações se dão sob o funcionamento de impressão de realidade do pensamento para o sujeito, um processo de determinação discursiva.

Ademais, em uma perspectiva discursiva, como à qual me filio, os discursos sempre estão em “relação a”. Um discurso está sempre em relação com a exterioridade que lhe é constitutiva. Assim, o jornal, pelo discurso jornalístico, se constitui como lugar de (re)afirmação de versões, de interpretações e de legitimação de discursos e compreensões. Como lugar de memória, de disputas, de conflitos e de contradições.

Nesse sentido, buscando compreender como se dá a prática da escrita jornalística, coloco-me face às questões de padronização de língua, do processo de normatização como resultante dos movimentos institucionais que vão se produzindo por uma empresa jornalística, em meu caso o *Grupo Folha*.

Desse modo, parece-me que a *Folha*, desde 1981, preocupara-se em apontar os caminhos que julgava pertinente trilhar enquanto Instituição. Em seu Projeto Editorial, **A Folha e alguns passos que é preciso dar**, de junho do mesmo ano, apontara como objetivo “oferecer três coisas ao seu público leitor: informação correta, interpretação competente sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos”.

A noção de interpretação competente, expressa no projeto, parece-me relacionar-se à escrita de comentários e análises, por profissionais, que sigam os ditames da empresa, bem como dominem a arte de escrever.

Neste plano editorial, observo o posicionamento da empresa com relação ao tipo de jornal que pretendia escrever, não sendo “suficiente oferecer ao leitor uma amostra representativa da pluralidade real das opiniões que existem. Se o jornal se satisfizer com isso, nunca passará de um mero repositório, sem forma nem vontade, das opiniões que a sociedade vai produzindo”.

Um ano mais tarde, um novo documento do Conselho Editorial, denominado **A Folha em busca do apartidarismo, reflexo do profissionalismo**, expressara a necessidade de maior profissionalização dos jornalistas e de posicionamento político que não tendesse à hegemonia ou a qualquer pensamento de classe.

A necessidade de “tornar as coisas mais claras ainda (...) [e] elevar a qualidade técnica, informativa, do jornal” fora colocada como meta nessa tentativa de organização editorial. Ainda nessa esteira, o **Projeto Editorial de 1984**, apontara para o fato de que os “critérios [da Folha] ainda são [eram] muito heterogêneos e, além disso, é comum faltar orientação editorial para repórteres ou redatores, que se ressentem da falta de instruções precisas e uniformes”.

Pensando, então, na identificação e no ataque aos problemas de estrutura do jornal, buscando uniformizar critérios editoriais e técnicos, o *Grupo Folha*, anunciaria o lançamento do **‘Manual Geral da Folha’**, ainda no ano de 1984. O Manual seria, consoante os dizeres do próprio *Grupo*, algo que não se tratasse de “um evangelho editorial. Trata[r]-se[ia] de uma base de referência que traduziria uma visão uniforme sobre os vários problemas da atividade jornalística”.

A publicação de textos “mais corretos, mais objetivos, mais concisos, mais claros, mais completos e, sobretudo, mais exatos” seria, tal qual expresso pelo projeto, viabilizada a partir de “centenas de verbetes práticos”, o que permitiria ao Manual “sustentar as nossas [dos jornalistas da *Folha*, leiam-se os chefes de Redação e Pauta] discussões e decisões com a objetividade do texto escrito, que substituirá a subjetividade das opiniões pessoais”.

Importa mencionar que esta não seria a primeira vez que um jornal brasileiro produziria um manual de jornalismo como suporte a um projeto editorial de reforma, no entanto, cumpre-me ressaltar, todavia, que o **Manual Geral da Redação** da *Folha de S. Paulo* se distinguiria das iniciativas anteriores tanto por seu direcionamento não-exclusivo aos jornalistas, quanto por seus objetivos que ultrapassavam o ensinamento de procedimentos jornalísticos e alcançavam a posição de manifesto político sobre o lugar que seria destinado ao jornalismo em geral (CAPRINO, 2002; VIZEU, 2008; MARQUES DE MELO, 2005).

Ao analisar o Manual de 1984, compartilhando da percepção acima, acredito ser relevante apontar para o fato de que essa reivindicação de um fazer político pelo jornal legitima-se por um 'mandato' conferido ao leitor. Os sentidos próprios desta palavra - concessão de poderes para desempenho de uma representação; delegação, poder dado ou autorizado; delegação conferida às pessoas, para que representem o povo nas instituições; contrato que designa duas vontades, uma que dá a outra uma incumbência, outra que a recebe e aceita -, corroboram os sentidos postos no verbete 'mandato do leitor', que assevera que "Nas sociedades de mercado, cada leitor delega, ao jornal que assine ou adquira nas bancas, a tarefa de investigar os fatos, recolher material jornalístico, editá-lo e publicá-lo. Se o jornal não corresponde às suas exigências o leitor suspende esse mandato" (MANUAL GERAL DA REDAÇÃO, 1984, p.58)

Cabe dizer, no entanto, que essa incumbência de informar e responder às expectativas do leitor é atravessada por uma necessidade de padronização linguística, pela constituição de uma memória de língua, que permita, aos jornalistas, o trabalho de formulação dos dizeres a partir do já-dito, dos sentidos já estabilizados. Uma memória que é política necessariamente, mas que é apagada na naturalização da língua adequada para dizer sobre os dados corretamente. Há, portanto, efeitos que se sustentam: a língua bem dita expressa adequadamente a realidade dos dados.

Nesse sentido, buscando apresentar a natureza de meu arquivo e promover um gesto de leitura, mobilizo recortes de quatro Manuais da Folha, a saber: os de 1984, 1987, 1992 e 2001, reeditado em 2006.

2 De meu movimento teórico-analítico

Em um trabalho que assume um referencial teórico discursivo, um dos primeiros movimentos analíticos concerne à questão das condições de produção. Nesse meandro, tomo "a instituição como espaço que produz unidade e legitimidade" (ORLANDI, 2007, p. 09), e, coloco-me numa história tensa, marcada por injunções, possibilidades de discursos e apagamentos, já que a produção do saber metalinguístico inscreve-se em um jogo complexo entre o papel legislador das instituições, o papel regulador da instrução e a tradição.

Penso, então, a instituição em sua discursividade, pois há funcionamentos que se mostram a partir do trabalho com os discursos disponíveis sobre seu processo de institucionalização. E, desse modo, focalizando a "historicidade do processo de constituição da própria instituição" (MARIANI, 1999, p. 47), sou remetida a diversos discursos disponíveis sobre sua fundação, incluindo o discurso próprio sobre seu processo de institucionalização, lembrando que uma análise do discurso

institucional deve levar em consideração não exatamente o que a instituição diz ou aquilo que se diz sobre ela, mas a maneira como o faz/se faz e as condições em que esse dizer é produzido. Assim, para compreender os discursos institucionais, é preciso buscar não os sentidos literais e/ou contedúísticos, mas aqueles sentidos que se constituem na historicidade dos discursos que circulam no processo de institucionalização (MARIANI, 1999).

Tomando os processos de produção de sentido nos Manuais de Redação e o próprio processo de institucionalização do *Grupo Folha*, em sua discursividade, atento para os espaços da memória que são retomados, para o modo como os processos discursivos jogam nesse contexto e, por conseguinte, para o modo como os efeitos de sentido são produzidos. Importa mencionar, ainda, o ponto de que há um real próprio das disciplinas de interpretação: um real estranho à univocidade lógica, um saber que não se transmite, aprende ou ensina, que, no entanto, produz efeitos (PÊCHEUX, 2002).

É importante ressaltar que sobre a compreensão dos sentidos, uma perspectiva discursiva materialista denota sua preocupação com as circulações cotidianas, pois são nos espaços discursivos estabilizados que se supõe que todo falante saiba do que fala e que todos os enunciados devam ser 'transparentes'. Percebe-se aqui, o funcionamento do Estado e das Instituições como polos de resposta e demanda social (PÊCHEUX, 2002).

Nesse viés, pensar a mídia como um espaço institucional, no qual diversas relações estão em jogo (SILVA, 2001), é concebê-la para além de um controle social e analisá-la em seu funcionamento enquanto estrutura e acontecimento, isto é, um batimento contínuo entre a memória e sua atualização, já que a mídia é um dos lugares mais eficazes para se produzir a estabilidade da memória e atualizá-la como se sempre 'algo tivesse funcionado daquele modo' (MARIANI, 1999).

É no bojo dessa formulação que Mariani (1999) aponta para o fato de que para a instituição jornalística há um já-dito constituído juridicamente, que traz as exigências do poder religioso, político e jurídico, responsável por manter (ou não) certas informações em circulação. E Silva (2001) acrescenta, ainda, que para que o "dizer jornalístico (...) possa se constituir como tal, cabe impor determinados recortes" (*idem, ibidem*, p. 172).

Nesse sentido, atentar para o funcionamento da prática jornalística como aquela que se apresenta sob posições próprias sobre a gramática da língua e com uma 'normatividade' textual específica é remeter à concepção dos manuais de redação, junto aos próprios jornais, como uma referência de produção de textos e de produção de leitura (SILVA, 2001).

Dessa forma, coloco-me numa posição que me permite compreender, discursivamente, o manual de Redação de uma empresa jornalística como um instrumento tecnológico que funciona junto à mídia como "um dos lugares que sustentam as evidências dos sentidos, funcionando como

(...) [meio] de estabilização dos sentidos” (NUNES, 2006, p.11). Assim, tomo, a mídia, um instrumento linguístico, como um discurso (um discurso sobre a língua) e necessito atravessar seus efeitos imaginários.

Em meio a essas formulações, a mídia em sua relação com a tecnologia dos manuais, amplia aquilo que fora pensando por Auroux (1992) no que diz respeito às gramáticas e aos dicionários em relação aos falantes de uma língua, pode ser pensada como uma extensão da relação do sujeito jornalista com a “língua” do discurso jornalístico, pois deve ser colocado na posição daquilo que constrói um lugar sistemático para o exercício (a prática) da metalinguagem.

A fixação da linguagem e a objetivação da alteridade colocam a língua escrita diante do sujeito como um problema a ser resolvido e impulsiona as reflexões linguísticas. O texto escrito começa a ser tomado como objeto de leitura e impõe a necessidade de ‘meios’ para sua compreensão (AUROUX, 1992).

Com a imprensa, o fenômeno da escrita da língua muda de dimensão, pois o saber se historiciza por meio da permanência do texto, ao qual se juntam, em camadas sucessivas, glosas, comentários, um processo indefinido de acréscimo (AUROUX, 1992).

Parece-me possível dizer, dessa maneira, que um manual de redação prolonga, enquanto uma tecnologia própria à mídia, acaba por dar acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto à competência de um locutor, mais especificamente, de um jornalista. Isto significa, também, dizer que o aparecimento dos instrumentos linguísticos, a gramática e o dicionário, quando penso a língua, e, a mídia em sua relação com os manuais, quando falamos do discurso jornalístico e do pedagógico, não deixa intactas as práticas linguísticas (AUROUX, 1992).

Assim, a partir desse modo de ler os manuais, pratico “novos gestos de leitura, percorrendo os caminhos dos sentidos (...) que sustentam a produção de um conhecimento linguístico que se foi produzindo junto à constituição de nossa língua” (ORLANDI, 2001, p.08), pois a padronização da língua realizada pela mídia afeta diretamente a relação sociedade/língua/saber linguístico, já que cada vez mais a observamos presente em materiais didáticos.

Pensando meu arquivo, no espaço discursivo dos Manuais de Redação da *Folha*, para o *exemplar um*, publicado em 1984, são apresentadas como condições de produção as injunções sócio-políticas em jogo nos últimos anos de ditadura no Brasil, o início da redemocratização brasileira e o ano da Campanha pelas ‘Diretas-Já’; e, a *Folha* se tornando a primeira redação informatizada na América do Sul com a instalação de terminais de computador para a redação e edição de texto, o que, segundo a empresa, representaria uma economia de 40 minutos no processo de produção. É interessante pensar essa instalação para além da questão da economia temporal, pois a abertura para o mundo da informação traz como consequências a atualização do suporte para a escrita do

texto, em que o apagar e reescrever torna-se mais fácil, rápido; além disso, uma nova relação com a questão de autoria se coloca, já que há maior possibilidade de acesso aos arquivos anteriores e aos arquivos de outros profissionais, o que acaba por permitir, ou ainda, viabilizar, a manutenção de um padrão de textos a serem publicados. Esta também é a época em que a *Folha* anuncia a criação do Datafolha, instituto de pesquisa de opinião pública e de mercado, que se responsabilizaria pelo levantamento de temas de interesse dos leitores e forneceria informações à produção editorial. Ainda nesse ano, circulou internamente o documento **A Folha depois da Campanha Diretas-Já**, o que pode ser visto como uma primeira proposição de um modelo de jornalismo que se diz crítico, pluralista, apartidário e moderno. Seguindo essa circulação, a *Folha* implanta o Manual da Redação, que nos dizeres da empresa, seria o primeiro manual de jornalismo a condensar uma concepção de jornal, da política editorial às fases de produção.

O *exemplar dois* fora publicado em 1987, época em que o *Grupo Folha de S. Paulo* enuncia a partir do crescimento de 39,5% da circulação paga do jornal, o que consolidaria a *Folha* enquanto o primeiro jornal do país, naquilo que se refere à vendagem. Além disso, é interessante retomar que a publicação da segunda edição do Manual fora feita após reflexões acerca de uma coletânea de informações e sugestões a serem inseridas na nova versão, três anos de discussão foram necessários para o fechamento da proposta a ser lançada.

Já para o *exemplar três*, publicado em 1992, como contexto coloca-se a detenção do controle acionário do *Grupo* pelo empresário Octavio Frias de Oliveira e a reorganização do noticiário da *Folha* em novos cadernos de circulação diária. Remontando à conjuntura político-social, 1992 seria o ano em que ocorreria o pedido de impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, acontecimento que apontaria para uma conjuntura social marcada pelas noções de direitos e deveres, próprias da prática jurídica.

Quanto ao *exemplar quatro*, publicado em 2001, e reeditado em 2006, aponta-se como contexto imediato, o momento em que se discutiam, no *Grupo Folha*, as mudanças ocorridas ao longo das décadas de 80 e 90 no plano internacional, e o impacto da revolução tecnológica e da expansão da economia de mercado sobre a imprensa. Lins da Silva (1987) afirma que, por coincidência o lançamento deste Manual se dera no ano em que a *Folha* completara 80 anos, pois segundo ele, não houvera nenhum planejamento quanto a essa comemoração – o Manual nascera das novas demandas colocadas pelas modificações ocorridas no jornal. Remontando ao sentido mais amplo, quanto ao *exemplar quatro*, ver-se-ia a expansão do movimento de globalização quer seja ele econômico ou de informações – a internet permitira maior fluxo de trocas e acessos, se até então uma pessoa tinha de se limitar à imprensa local, com a expansão dos textos jornalísticos online, o leitor passou a poder observar as versões sobre os fatos, a partir de diferentes fontes, tendo

como impedimento apenas a questão linguística, pois, inicialmente, as plataformas on-line pertenciam a jornais e revistas estrangeiras.

Partindo para a textualidade dos quatro exemplares por mim selecionados, percebo uma diferença já em sua apresentação enquanto livro: o *exemplar um* possui 91 páginas, monocromáticas, de aproximadamente 21 cm de comprimento por 13,5 cm de largura; o *exemplar dois* apresenta-se em 214 páginas, monocromáticas, medindo aproximadamente 21 cm de comprimento por 13,5 cm de largura; o *exemplar três* possui 331 páginas, textos e imagens na variação das cores preto, branco e cinza, e, mapas coloridos, apresentados em páginas de aproximadamente 22 cm de comprimento por 15,5 de largura; o *exemplar quatro* distribui-se em 391 páginas coloridas, medindo aproximadamente 22 cm de comprimento por 17 cm de largura. Há, ainda, algo a considerar quanto à materialidade dos exemplares em análise: enquanto o *primeiro*, *segundo* e *quarto* se apresentam em forma de brochura, típica dos livros que circulam em nossa sociedade; o *terceiro exemplar* apresenta-se espiralado e portando espaços destinados às anotações do leitor – fato que me permitiria uma aproximação aos sentidos postos pela palavra *caderno*, enquanto um “conjunto de folhas de papel em branco ou nas quais se imprimem pautas, quadrículas, ornamentos etc., reunidas, (...) presas com espiral, para anotações, desenhos, colagens, exercícios escolares etc.” (cf. Dicionário Houaiss Online), remetendo-me ao espaço de formulações da escola, já marcado, na Capa (Verso) do exemplar, pela inscrição Para Casa, Escola e Trabalho. Vejo o Manual, então, ligado às práticas escolares, à didatização dos conhecimentos sobre uma língua, sobre a melhor forma de escrevê-la.

Ainda sobre sua organização textual, é interessante observar que os 338 verbetes da edição de 1984 (compostos por substantivos, adjetivos, verbos e pequenas sentenças, organizadas em ordem alfabética) se transformam, no exemplar de 1987, em 808 verbetes distribuídos em sete seções temáticas: “Política Editorial” (59 verbetes), “Estrutura da Folha” (159 verbetes), “Padronização de Estilo” (244 verbetes), “Procedimentos Profissionais” (100 verbetes), “Normas Gramaticais” (41 verbetes), “Convenções Gráficas” (53 verbetes), “Vocabulário Jornalístico” (152 verbetes) e “Anexos” (12 anexos).

A versão publicada em 1992 parece-me se propor a atenuar alguns traços do texto de 84, considerado e descrito em suas páginas iniciais como “draconiano e impositivo”, dado seu teor político, muito provavelmente influenciado pela conjuntura social de passagem de uma política ditatorial para uma política democrática. Maior que as versões anteriores, passa a constituir-se por mais de 10 mil verbetes que se distribuem entre as classes de substantivos próprios e comuns, adjetivos, verbos, abreviaturas, além de grupos nominais.

Em 2001, surgira uma edição, que, segundo os discursos disponíveis sobre a *Folha*, seria marcada pelo caráter mais técnico e informativo que político. A quantidade de verbetes parece-me equivalente à da edição de 1992 (e, sobre isso, embora este não tenha sido especificamente meu lugar de investimento analítico, é preciso apontar para o brusco aumento no número de verbetes nas duas últimas edições quando comparadas às anteriores, e, dizer que me fica uma indagação sobre essa relação de ausência/ acréscimo; o que teria motivado esse aumento? O que teria dado origem ou cedido espaço a diferentes entradas? Dentre outros questionamentos...) no entanto, chama-me a atenção a possibilidade de retomada de uma memória acerca dos almanaques, tocada pela especificidade da mescla de verbetes com a grande quantidade de anexos contendo mapas geopolíticos, informações jurídicas, econômicas, militares etc.

Pensando mais propriamente os deslocamentos, os deslizos e as atualizações dos verbetes nos Manuais da *Folha*, cotejo os quatro exemplares, tomando como base a edição de 1984. Observo que muitas são as distinções: vários são os verbetes que desaparecem em outras edições; apenas dois continuam designados pela mesma palavra em todas as edições, *Concisão* e *Editorial*; e, outros quatro aparecem em todos os exemplares, embora sofram atualizações em sua designação: *Preconceitos* deslizando para *Preconceito* nas edições de 1992 e 2001; *Denúncia* passando a *Denúncias*, em 1987, e, a *Denunciar*, nos exemplares de 1992 e 2001; *Crítica Especializada* derivando para *Crítica*, nos *terceiro* e *quarto exemplares*; e, *Menores* ganhando a forma singular *Menor*, para as edições da década de 90 e a do século XIX.

Outro ponto relevante a ser considerado é o funcionamento das cores, dos gráficos e do número de páginas cada vez maior na constituição do efeito de completude de coisas a dizer sobre a escrita jornalística, nos manuais, pois isso parece-nos permitir pensar que esses três funcionamentos (cores, infográficos e acréscimos) direcionam-se para a construção da mídia enquanto o instrumento disponível para saciar a necessidade do conhecimento. Beacco e Moirand (1995), nas palavras de Mariani (1998), sem mencionar especificamente o discurso jornalístico, atribuem um aspecto didático aos discursos midiáticos, o que também fora corroborado por Silva (2002), numa relação mais forte com o efeito de completude dado a um instrumento linguístico como aquele que contém a língua, o saber.

As capas dos Manuais também se constituem como lugares de significação, pois quando cotejo as capas dos *exemplares um, dois, três e quatro*, percebo que há um deslizamento do sentido de capa dicionarizado, a saber

tudo que envolve ou cobre alguma coisa, com a finalidade de proteger; cobertura (...), (de livro ou de qualquer publicação) confeccionada em material rígido,

geralmente papelão revestido de couro ou de plástico. (cf. Dicionário Houaiss Online)

para os sentidos de algo que necessita receber um tratamento especial, pois, de certo modo, sintetizaria o conteúdo do livro, deslizaria para a condição de embalagem do produto, primeiro contato do/com o consumidor, quase como um cartaz publicitário; funcionamento próprio do discurso mercadológico.

Pensando a capa como embalagem, sou remetida ao fato de que, atualmente, inserimo-nos em um mercado altamente competitivo, no qual os produtos são ofertados em grandes quantidades e a concorrência entre eles tem sido cada vez mais acirrada. É preciso individualizar cada produto, dar a ele uma identidade, assim, o desafio para as estratégias de Marketing é o de estabelecer uma relação entre o produto, o consumidor e a marca, resultando em fidelidade, já que as embalagens passaram a funcionar como uma mídia dirigida aos consumidores efetivos do produto.

Nesse sentido, retomo Martins (2008), em seus apontamentos entre a relação da linguagem do marketing com a linguagem institucional:

De inspiração predominantemente norte-americana, na primeira há um conjunto de autores discutindo formas de conquistar o consumidor; na segunda, com base nas ciências humanas, os textos fazem referência a modos de ver o consumo na investidura de membro de um público com o qual a organização estabelece e tenta perpetuar relacionamentos. (*idem, ibidem, p.14*)

Vejo aí representada a busca de vínculos maiores entre a instituição e o consumidor, na tentativa de elevar o cliente àquilo que Martins (2008) denomina como categoria superior de indivíduo – aquele que, ao adquirir, toma uma decisão, assume uma posição ao, de certo modo, filiar-se ao discurso de certas instituições, ao identificar-se com determinados produtos em detrimento de outros; já que, parafraseando e deslocando os dizeres de Orlandi (1993), o consumidor estabelece com os produtos uma relação de confiança ou desconfiança, admiração ou desprezo, identificando-se ou não com o produto, podendo até desistir dele por não se identificar com aquele consumidor para quem aquele produto foi produzido.

Ainda com as capas, identifico alguns funcionamentos interessantes: nos *exemplares um e dois* há a inclusão do ano de publicação, enquanto em três e quatro, não há remissão à questão da cronologia; este funcionamento parece-me apontar para um deslocamento do lugar da tradição, do conhecimento que se marca através dos tempos, para o lugar do atemporal, da busca por um movimento que significasse o Manual pelos sentidos de atualidade, de modernidade, algo que não estivesse colado ao seu tempo de publicação.

Em *um*, *dois* e *três*, *Folha de S.Paulo* vem como a origem editorial, a empresa jornalística estaria, então, responsabilizada juridicamente pela publicação, tratar-se-ia de uma produção de 'dentro para dentro', ou seja, a *Folha* por meio do Manual estabeleceria padrões e normas para suas próprias publicações, quando há o deslizamento, em *quatro*, para PUBLIFOLHA, produz-se como efeito de sentido uma separação entre a empresa responsável pela publicação do Manual e o Jornal, o deslocamento, então, seria de 'fora para dentro', como se algo que escapasse ao alcance do Jornal, como se sentidos de interdição fossem produzido por um Outro, a partir de uma posição-sujeito diferente.

Além disso, a capa do *exemplar dois*, significando uma resposta às demandas por informações, insere a inscrição 2ª edição revista e ampliada, ao já enunciado título "Manual Geral da Redação", quer seja remontando aos sentidos de correção, adequação, avanço, por meio da palavra revista, quer seja pela necessidade da ilusão de completude, acréscimo, de desenvolvimento, significada pelo adjetivo ampliada.

Quando penso a inserção do endereço completo da empresa, em *um*, e, a manutenção dessa inscrição em dois, acredito observar como efeito a singularidade, a empresa é aquela situada à Alameda Barão de Limeira, não outra. Esse funcionamento corrobora o efeito de disjunção entre *Folha* e Estadão, já que, até certa época, os exemplares da *Folha* eram impressos na oficina do Estado, à rua 25 de Março.

Algo que também merece atenção é a arte da capa. Em *um*, trabalha-se a abreviação **FSP**, regionalizando, de certa maneira, a imagem de leitor para o Manual, pois se a *Folha* é de SP, marca-se aí a imagem daquele que, ao menos virtualmente, seria o leitor do exemplar. Já em *dois*, exemplar lançado quando da expansão nacional de vendas do Jornal, retira-se a inscrição **SP**, ampliando os sentidos possíveis para um leitor que pertence ao Brasil, ao Mundo: o **F** sintetiza o conteúdo do Manual – a *Folha* falando de suas práticas redacionais para ela própria, para profissionais de jornalismo e seus leitores.

Ainda em *dois*, o uso de formas geométricas coloca-se como um ponto para atenção, pois tocaria a questão da constituição de um sistema de coordenadas para estabelecer as propriedades das figuras, o que, por paráfrase, derivaria para um sistema de coordenadas para estabelecer as propriedades do texto jornalístico.

Quando considero a capa do *exemplar quatro*, sou exposta a uma composição de formas que tocam a memória dos componentes eletrônicos, dos chips e placas de computadores. É nesse ponto que retomo a questão da modernidade descrita pelas formas presentes na capa. A *Folha*, em seu discurso institucional, dá amplitude à sua busca por informação constante, por revolução gráfica e

tecnológica; o jornal perpassado pela era da informática, da internet... a possibilidade de amplo conhecimento marcada pela questão da sofisticação, do poder.

Além disso, o nome dado aos Manuais também reclama sentidos, pois quando penso os Manuais de Redação, faz-se necessário retomar Orlandi (2005) para afirmar que a língua é capaz da falha, essa possibilidade é constitutiva da ordem simbólica; o equívoco já é fato de discurso, é a inscrição da língua na história que produz equívoco. Este se dá no funcionamento da ideologia e do inconsciente. O equívoco é a falha da língua, na história, que em meu material, funciona na medida em que o Manual **de** Redação, significado como o espaço administrativo da escrita, desliza para Manual **da** Redação, em que a preposição mais o artigo, acabam resignificando este espaço como aquele do Jornal, da *Folha de S. Paulo*.

Nessa esteira, se, em *um* e *dois*, vê-se Manual Geral da Redação, vê-se, em *três*, Novo Manual da Redação, e, em *quatro*, Manual da Redação. Todos os exemplares trabalham, por meio de suas formulações, os sentidos de Manual como tradução de normas, de concepção de jornalismo, e, por extensão, de uma língua/linguagem que deve ser usada. A *Folha* afirma, no entanto, que seus manuais não se limitam a impor regras gramaticais e padronizar a linguagem, pois dão ao jornalista noções de produção gráfica, definem conceitos e servem como base para discussões no dia-a-dia da Redação (cf. Círculo Folha); o da Redação instaura o sujeito-leitor do Manual, pois não sendo de Redação exclui-se a possibilidade de um interlocutor qualquer, interessado em redigir, em escrever com ordem e método – o interlocutor para o Manual é o [jornalista] da Redação ou o [leitor] da Redação.

Tenho de lembrar, no entanto, que em *três*, por meio do enunciado **Para casa, escola e trabalho**, há a construção de uma prática específica de leitura, resultando na produção daquilo que Orlandi (2005) denomina efeito-leitor. De acordo com a autora, “O efeito-leitor se dá no reconhecimento – identificação do sujeito, gesto de interpretação – de uma leitura no meio de outras” (*idem, ibidem*, p.70), o que em novo material convocaria o sujeito-leitor de casa, o leitor do jornal; o da escola, o jornalista em formação, que ainda tem de se apropriar das formulações próprias do discurso jornalístico, ou ainda, o leitor que, em sua rotina escolar, possa vir a consultar o Manual, tomando-o como uma referência de língua a ser usada, padrão de correção a ser seguido; e, a forte marcação do sujeito-leitor do trabalho, próprio do jornalista da Folha, que deve submeter-se àquele Manual, àquele padrão de língua para poder ser sujeito de práticas jornalísticas nesta empresa.

Além disso, é preciso remontar ao caráter didático do *exemplar três*, que pode ser percebido a partir da inserção de fontes extras de informação, da segmentação em capítulos, da utilização de elementos visuais; mais ainda, pela própria formatação do Manual, único exemplar espiralado que,

como dito anteriormente, traria consigo os sentidos próprios dos cadernos escolares; tocando, também, os meandros do Construtivismo, que à época, explicaria a relação do sujeito com o mundo e as aprendizagens que disso decorreriam, sob o efeito de que nada, a rigor, está pronto, acabado, e de que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano (BECKER, 1992).

Ainda nessa esteira, outro discurso que vê-se funcionar é o do Aprender a Aprender, em que estão postos os sentidos de um processo contínuo de inserção dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem nas relações que lhes são próprias, para que eles possam tomá-lo como mais significativo (VYGOTSKY, 2005), como algo que se lhes apresenta como próprio. Nesse sentido, faz toda a diferença o Manual ser espiralado, pois facilitaria o manuseio pelo usuário, possibilitaria maior flexibilidade na utilização. Além disso, não posso deixar de mencionar que o exemplar três, traz páginas em branco para que o leitor possa escrever suas compreensões. Estaria, então, formalizado o processo didático com relação ao Manual: o usuário está frente a um material pensado como instrumento de aprendizagem sobre o qual poderia agir livremente, adquirindo, assim, conhecimentos e transformando sua realidade.

3 Considerações Finais

Com base nos apontamentos anteriores, observamos que o discurso jornalístico funciona em um espaço discursivo que configura a imprensa enquanto aquela que, na sociedade contemporânea, se interpõe entre os fatos e o leitor em um movimento de sentidos que a significa como imparcial e objetiva; o texto jornalístico é também resultado da prática de uma escrita instrumentalizada pelo manual de redação, que se coloca em relação aos sujeitos escolarizados, já habilitados à leitura e à produção de textos.

Esse modo de colocar-se frente às questões de linguagem acaba trazendo comumente à escola uma abordagem normativa acerca dos textos jornalísticos, apagando uma marca forte da mídia, enquanto um instrumento linguístico, naquilo que tange à consulta sobre a língua, além de não pensar o manual de redação, como o tomo - um instrumento tecnológico - uma alteridade para o sujeito que dele se utiliza; alteridade que se torna uma injunção nos processos de identificação, interferindo na relação que este sujeito entretém com a língua em determinadas conjunturas (NUNES, 2006).

Acredito ser preciso afirmar que, para mim, a mídia não se trata de uma simples descrição da linguagem natural, mas de uma extensão do conhecimento linguístico do sujeito, de uma expansão

de seu saber, homogeneização da língua e fixação de seus usos, possuindo grande relação com uma tecnologia que lhe é própria – o manual - um objeto histórico, um objeto político, que acaba por administrar a produção linguística dos sujeitos jornalistas, excluindo da língua seu real, construindo um efeito imaginário de unidade linguística, que chega à sociedade e à escola legitimado por uma ilusão de neutralidade e objetividade, suprimindo uma necessidade interna das empresas jornalísticas e tornando-se referência para o grande público.

Ainda sobre os Manuais, é necessário apontar para um efeito de identidade entre eles e alguns instrumentos linguísticos, já que os manuais se ancoram na evidência da língua enquanto forma e conteúdo, promovendo uma sistematização da língua, um discurso sobre a escrita que sustenta práticas languageiras no discurso jornalístico e na escola.

Nesse sentido, em meio à opacidade, à incompletude, à dispersão que constitui e produz efeitos de sentido, dou um fecho aberto ao meu trabalho. Um fecho que não carrega em si significações de conclusões definitivas, mas aponta para caminhos ainda a serem compreendidos, interpretados, ressignificados.

Referências

- AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- BECKER, F. O que é construtivismo? *In: Revista de Educação AEC*, Brasília, v. 21, n.83, abr./jun. 1992.
- CAPRINO, M. P. Questão de estilo: o texto jornalístico e os manuais de redação. *In: Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, ano 23, n. 37, 1. sem. 2002.
- LINS DA SILVA, C. E. **Mil dias: análise das mudanças no processo de produção da Folha de S.Paulo durante a implantação do "Projeto Folha" (maio/1984-fevereiro/1987)**. Tese de Livre-Docência - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- MANUAL GERAL DA REDAÇÃO**. São Paulo, SP: Folha de São Paulo, 1984.
- MARIANI, B. S. C. Discurso e Instituição: a Imprensa. *In: Rua: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP- NUDECRI*. Campinas, SP, n.05, mar.1999.
- MARIANI, B. S. C. **O PCB e a Imprensa: os Comunistas no Imaginário dos Jornais**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP:UNICAMP, 1998.
- MARQUES DE MELO, J. **Imprensa brasileira: personagens que fizeram a história**. São Paulo: Universidade Metodista / Imprensa Oficial de São Paulo, 2005.
- MARTINS, R.R. Terceira linguagem discurso mercadológico com credibilidade construindo reputação nas organizações. *In: ORGANICOM. Revista Brasileira de COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS*. São Paulo: USP/ECA, ano 05, v. 08, 2008.

NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil: Análise e História**. Campinas, SP: Pontes Editores – São Paulo, SP: FAPESP – São José do Rio Preto, SP: FAPERP, 2006.

ORLANDI, E. P. (org.) **Discurso Fundador: a Formação do País e a Construção da Identidade Nacional**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

ORLANDI, E. P. (org.) **Política Linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. P. Divulgação Científica e Efeito Leitor: uma política social urbana. *In*: GUIMARÃES, E. R. J. (org.). **Produção e Circulação do Conhecimento**. Estado Mídia, Sociedade. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.

PÊCHEUX, M. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

SILVA, T. D. da. **Televisão brasileira: a Comunicação Institucionalizada**. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2002.

SILVA, T. D. da. Os Manuais da Imprensa no Brasil: Da Redação à Circulação Pública. *In*: ORLANDI, E. P. (org.) **História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional**. Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: UNEMAT Editora, 2001.

VIZEU, A. Gilberto Freyre e os manuais de redação. *In*: **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: PósCom-Metodista, ano 29, n. 50, 2.sem. 2008.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.